

RELAÇÃO DOS TCC DE DIREITO - 2010.2

Nº DE ORDEM	TITULO DO PROJETO	AUTORES	ORIENTADOR (A)
1.	ALEGALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO EM EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Luiz Antonio Torres de Carvalho Junior	Francisco das Chagas Filho
2.	A NOVA LEI DO INQUILINATO	Ravena Kevlar Alencar Magalhães	Marcelo Martins Eulálio
3.	O JUS POSTULANDI NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	Isabel Keline Cabral Cardoso	Dione Cardoso de Alcântara
4.	A DIGITALIZAÇÃO EVIRTUALIZAÇÃO PROCESSUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS DE TERESINA – PI	Pedro Pereira da Luz Filho	Dione Cardoso de Alcântara
5.	TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	Juliana Maranhão Noletoda Fonseca	Georges Thales Santana de Carvalho Mendes
6.	OS DIREITOS TRABALHISTAS DO DIARISTA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	Nixonn Freitas Pinheiro	Diná Da Rocha Loures Ferraz
7.	A AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Mayana Martins Da Rocha Barros	Ney Ferraz Júnior

8.	O JUS POSTULANDI NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	Camile Soriano Freire Torres	Viviane Maria de Pádua Rios Magalhães
9.	A UTILIZAÇÃO DO MARKETING NA ADVOCACIA	Rodrigo Castelo Branco Carvalho de Sousa	Dione Cardoso de Alcântara
10.	O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA	Valter Albuquerque Braga	Cléa Mara Coutinho Bento
11.	INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SITUAÇÃO DO NASCITURO NO ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO	Rafael Lima Barbosa	Roosevelt Furtado de Vasconcelos Filho
12.	O DIREITO SUCESSÓRIO DO CÔNJUGE E DO CONVIVENTE À LUZ DO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO	Roberto Duarte Napoleão do Rego Filho	Marília Martins Soares de Andrade
13.	A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO NA JUSTIÇA COMUM BRASILEIRA	Simone Lopes Decarvalho e Silva	Auricélia Donascimento Melo
14.	AEXPEDIÇÃO DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE À LUZ DO DIREITO DE DEFESA	Igor Rodrigues Alves	Roosevelt Furtado de Vasconcelos Filho
15.	A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR COM RELAÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR	Érico Mauriz Ramos	Ney Ferraz Junior
16.	A RELAÇÃO MATERIAL ENTRE O CONCEITO DE EMPRESA, SUA FUNÇÃO SOCIAL, E O DIREITO DO CONSUMIDOR	Samuel Soares de Moura	Cléa Mara Coutinho Bento
17.	UNIÃO ESTÁVEL : EXPECTATIVAS SOCIAIS E JURÍDICAS NO DIREITOSUCESSÓRIO.	Rosa Leila Luz Ferreira	Dione Cardoso de Alcântara

18.	A RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS PELAS OBRIGAÇÕES FALIMENTARES	Ludmylla Rocha de Oliveira	Cléa Mara Coutinho Bento
19.	ICMS EXCESSIVO DOS MEDICAMENTOS FERENTE AO PRINCIPIO DA SELETIVIDADE	Sara Virginia de Souza	Raimundo Neto de Carvalho
20.	DA REALIDADE DO ABRIGO DE CRIANÇAS DE TERESINA – PI AOPROCESSO DA ADOÇÃO: DISCUSSÕES, LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS	Marjore Tereza De Assunção Queiroz	Marília Martins Soares De Andrade
21.	O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA	Milena Maria Costa Maciel	Georges Thales Santana de Carvalho Mendes
22.	ALEGALIDADE DO CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA	Thiago Araújo Lima	Aurélio Lobão Lopes
23.	O NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA E REGULAMENTAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL	Samantha de Matos Costa	Gillian Santana de Carvalho Mendes
24.	OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA IDOSA NA CF/88: UMA ABORDAGEM DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA ILPI – VILA DO ANCIÃO	Luciany Leitão Braga	Ivanovick Feitosadias Pinheiro
25.	PENA ALTERNATIVA: A SUBSTITUIÇÃO DO CÁRCERE	Marcelo Lobão Salim Coelho	Felipe de Amorim Sousa Filho
26.	NOVA LEI DE ESTUPRO (LEI Nº 12.015/2009): SUA REPERCUSSÃO JURÍDICA NA SOCIEDADE	Francisco Alberto Gomes de Lima Filho	Viviane Maria de Pádua Rios Magalhães
27.	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PROPRIEDADE RURAL	Whilmanara Peixoto De Oliveira Chaves	Cléa Cristina Pereira Januário Fernandes

28.	A TITULARIDADE AOS ALIMENTOS GRAVÍDICOS	Enzo Martins Arrais Mouzinho	Cléa Mara Coutinho Bento
29.	O CRIME ORGANIZADO E SEU TRATAMENTO JURÍDICO PENAL	Marcelo Araújo Rodrigues	Georges Thales Santana De Carvalho Mendes
30.	O DIREITO DE ACESSO À SAÚDE PARA O IDOSO: UM DEVER DO ESTADO	Marcio Araújo Rodrigues	Auricélia do Nascimento Melo
31.	AS TUTELAS DE URGÊNCIA EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE	Vivicios Santos Coelho	Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes
32.	EXIGENCIAS DE DEPÓSITORECURSAL PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR PARTE DO EMPREGADOR	Thiara de Oliveira Gomes	Dione Cardoso de Alcântara
33.	POSSIBILIDADE DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO VIRTUAL	Fabiana da Silva Castro	Alexandre Christian de Jesus Noleto
34.	LICITAÇÃO NA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	Janelton Luis Moreira Veras	Ney Ferraz Júnior
35.	ANTEPROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO: A NOVA REALIDADE CONSTITUCIONAL	Amanda Rhayla Lima Costa	José Wilson Ferreira de Araújo Junior
36.	OBRIGATORIEDDADE DO VOTO: ANÁLISE DO PODER ECONÔMICO À LUZ DO DIREITO ELEITORAL	Talita Varela Lopes de Carvalho	Ney Ferraz Júnior
37.	JUSTIÇA ITINERANTE: CIDADANIA PARA TODOS	Francisco Diego Marques Santos	Vanessa de Pádua Rios Magalhães

38.	AS INOVAÇÕES AO DIREITO DE FAMILIA DECORRENTES DA PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 66 DE 2010 E SUAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS.	Ionara Victor Alencar de Lima	Marcelo Martins Eulálio
39.	O NOVO PARADGIMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DOS CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)	Jamille Agentina Marinho Pimentel	Raimundo Neto de Carvalho
40.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NO RESULTADO DA CIRUGIA PLÁSTICA ESTÉTICA	Fabricia Fontenele Boris Frota	Cléa Mara Coutinho Bento
41.	JURISDIÇÃO E DEMOCRACIA	Ageu Rocha Barroso	
42.	A RESPOSABILIZAÇÃO PENAL DO ADOLESCENTE INFRATOR: MEIOS DE PUNIBILIDADE, MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS OU IMPUNIDADE?	Larissa Braga Soares da Silva	Viviane Maria de Pádua Rios Magalhães
43.	ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS CAMPANHAS ELEITORIAS	Marco Aurelio Miranda e Silva	Ney Ferraz Junior
44.	A IMPUNIDADE DOS CRIMES CIBERNÉTICOS EM DECORRÊNCIA DA FRAGILIDADE DAS PROVAS	Ana Luiza Fernandes de Carvalho	Lucas Nogueira Do Rego Monteiro Villa Lages
45.	TIPICIDADE CONGLOBANTE	Dhaiane Alves De Lima	Alexandre Christian de Jesus Noletto
46.	A APLICABILIDADE DA LEI Nº 9.795/99 NO SEIO DA SOCIEDADE	Marcus Vinicios Chaves Oliveira	José Augusto Carvalho Mendes Filho
47.	A ABORDAGEM CONSTITUCIONAL DA LEI COMPLEMENTAR 135/2010 NO COMBATE A CORRUPÇÃO ELEITORAL	Sarah Medeiros Benigno de Andrade	Ney Ferraz Junior

48.	A LEI Nº. 12.015/09 E SUAS MODIFICAÇÕES NO TOCANTE À PENA E ARETROATIVIDADE DA LEI NO CRIME DE ESTRUPO	Anázio Rodrigues Nunes Junior	Viviane Maria de Pádua Rios Magalhães
49.	UNIÃO ESTÁVEL E CASAMENTO: ASPECTO : SEMELHANTES NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	Evilásio Macário de Castrolfilho	Marcelo Martins Eulálio
50.	GUARDA COMPARTILHADA: AVISITA À CONVIVÊNCIA	Edenilson Ribeiro da Silva	Mariliamartins Soares de Andrade
51.	A UTILIZAÇÃO DE PRECATÓRIOS NA COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS	Mario Henrique de Freitas Mendes	Paulo Paivaalves da Silva Paiva
52.	IMUNIDADE PARLAMENTAR MATERIAL VERSUS FIDELIDADE PARTIDÁRIA SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL	Jeconias da Silva Moraes	Ney Ferraz Junior
53.	A DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURIDICA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO E A FRAGILIZAÇÃO DA AUTONOMIA PATRIMONIAL.	Francisco Viana Santana	Roosevelt Furtado de Vasconcelos Filho
54.	O ACESSO À JUSTIÇA E AS MODALIDADES DE ASSISTÊNCIA JURIDICA	Diego Mayer Viana Rocha	Roosevelt Furtado de Vasconcelos Filho
55.	A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS NO BRASIL	Cayo César Batista Barbosa de Sousa	Dione Cardoso de Alcântara
56.	A CARACTERIZAÇÃO DO SEGURADO ESPECIAL COMO TRABALHADOR RURAL E O ASPECTO SOCIAL	Victor Miranda Andrade	Malcon Robert Lima Gomes